

O FILHO E O SISTEMA

A matéria do Intercept expõe Flávio Bolsonaro pedindo dinheiro a Daniel Vorcaro parou a política nacional. Pela reação da imprensa e de parte da direita que não suporta o Bolsonarismo, parecia um escandaloso flagrante de um senador repartindo propina em um estacionamento. Mas bastava ouvir a gravação, coisa que metade dos indignados claramente não se deu ao trabalho, para entender que o caso era o de um filho pedindo patrocínio privado para um filme privado sobre a vida do próprio pai. Dinheiro particular, projeto particular, nenhum centavo de verba pública. Até ministros do STF, que não costumam ter pudor na hora de enquadrar bolsonaristas, reconheceram nos bastidores que o material não configura crime. Complicado de explicar? Pode ser. Ilegal? Não.

Mesmo assim, o episódio dominou o noticiário como se fosse um flagrante no clã Bolsonaro. Enquanto isso, a mesma imprensa larga às favas escândalos muito mais graves:

O senador Jaques Wagner articulou a contratação de Guido Mantega como consultor do Banco Master a R\$ 1 milhão por mês. Mantega embolsou ao menos R\$ 16 milhões pelo serviço de lobby para a venda do Master ao BRB e levar Vorcaro a uma reunião com Lula no Planalto que sequer constou na agenda oficial. A BK Financeira, ligada à nora de Jaques Wagner, recebeu R\$ 11 milhões do Master entre 2022 e 2025. O escritório da mulher de Alexandre de Moraes faturou mais de R\$ 80 milhões em contratos jurídicos com o banco. O da família de Lewandowski ficou com R\$ 6,5 milhões.

O Credcesta, um consignado criado em 2007 durante o governo de Jaques Wagner na Bahia, cresceu sob decretos que ampliavam a margem de endividamento dos servidores e travavam a migração para outros bancos, dando base cativa de descontos em folha para o banco Master. Em três operações, o banco movimentou R\$ 1,2 bilhão lastreado nos contracheques de aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos. Dinheiro de gente pobre, extraído por decreto, sob tutela petista.

Sem esquecer do Lulinha, Fábio Luís Lula da Silva, que é investigado por receber R\$ 25 milhões e uma mesada de R\$ 300 mil do mesmo empresário acusado de comandar fraudes bilionárias contra aposentados. A PF investiga se Lulinha operou como sócio oculto do esquema. Só que o STF, por decisão de Flávio Dino, barrou a quebra de sigilo que a CPMI havia aprovado.

O PT, com Vorcaro, costurou uma rede que passa pelo Executivo, pelo Judiciário e pelo sistema financeiro, tirando dinheiro de aposentado para bancar mesada de filho de presidente e remunerar escritórios de ministros.

Nada disso é novidade para quem viveu, e vive, no Brasil do PT. A Petrobras virou a maior lavanderia política do continente sob gestão petista, o Mensalão comprou o Congresso com dinheiro vivo e, mesmo depois das condenações, metade dos réus está livre. O que muda no caso Master é a sofisticação: consultorias milionárias, decretos sob medida, encontros fora da agenda e ministros do Supremo circulando no entorno financeiro do banqueiro. Tudo isso é muito distinto de um filho pedindo apoio para filme de um pai injustiçado por esses mesmos personagens que agora abafam verdadeiros escândalos.

- **Escândalo seletivo:** A gravação sobre patrocínio privado para um filme virou crise nacional, enquanto contratos milionários ligados ao Banco Master receberam tratamento secundário.
- **Rede petista:** Consultorias, encontros fora da agenda, decretos estaduais e vínculos familiares formam uma engrenagem política e financeira em torno do Banco Master.
- **Aposentados na conta:** O caso Master envolve consignados, descontos em folha e dinheiro de servidores, aposentados e pensionistas, muito além da narrativa sobre “dinheiro de filme”.

